



instituto brasileiro de  
administração municipal

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Processo 18549 / 2023  
Data: 09 / 10 / 2023  
Fis. 02 Ruc. P

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saquarema

Ref.: **CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2023**

**PROJETO ESCOLA DE PROGRAMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**

**Processo n.º 11363/2023**

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, por intermédio de seu representante legal, vem por meio deste apresentar **RECURSO** em face da decisão proferida por essa ilustre Comissão na sessão realizada em 28 de setembro de 2023, conforme consta da Ata de Análise de Habilitação, de acordo com as razões a seguir apresentadas:

#### **1 – Da pontuação atribuída à OSC SESSUB**

1.1. De acordo com a Ata de Análise de Habilitação, **foi atribuído 01 (um) pontos a SESSUB** ao item 5 da tabela constante do item 6.5.4 do Edital (Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta).

1.2. O valor ofertado pela OSC em questão foi de R\$13.460.949,86 (treze milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos), representando, assim um valor de 0,23 pontos percentuais abaixo do valor de referência constante do item 8.4 do Edital.

1.3. Desta forma, forçoso é reconhecer que o valor se enquadra no critério estabelecido no tópico II de pontuação, qual seja:

**“O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5)”**

1.4. Pelo exposto, espera e requer seja aplicado o critério constante no edital para que sejam atribuídos à OSC SESSUB somente 0,5 pontos para este item 5.

## 2 – Da pontuação atribuída à OSC CASA BRASIL

2.1. De acordo com a Ata de Análise de Habilitação, foi atribuída à OSC CASA BRASIL, pontuação máxima a todos os itens de pontuação, contudo, conquanto tenha sido solicitado vistas aos autos para exame da documentação da proposta técnica da OSC, tanto na sessão de 28/09/2023 de forma verbal, quanto, posteriormente, por emails datados de 29/09/2023 e 03/10/2023, até o presente momento não nos foi franqueada vistas aos referidos documentos, com o que resta impossibilitado o regular exercício do direito de recorrer.

2.2. Nesse sentido, é de se dizer que o item 6.7.2. do Edital de Chamamento Público assegura aos participantes o direito a obtenção de cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, tais documentos não foram disponibilizados ao ora recorrente.

2.3. Na tarde do dia 02/10/2023 recebemos um e-mail da Comissão reportando dificuldades no envio da documentação do IBAM e SESSUB por e-mail, mas o que efetivamente interessa são as vistas a todo processo, ou seja, a documentação da proposta técnica das OSCs SESSUB e CASA BRASIL.

Assunto: DOCUMENTAÇÃO - IBAM e SESSUB - CHP003/2023

Data: Mon, 02 Oct 2023 16:29:03 -0300

De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Responder a:

Prezados, boa tarde!

Vimos através deste, informar que após várias tentativas de enviar a proposta técnica das instituições IBAM e SESSUB, não obtivemos êxito.

Por se tratar de um arquivo muito grande, o correio eletrônico não nos possibilita o envio, por atingir o limite estipulado. Mesmo compactando o arquivo, não foi possível o envio.

Sendo assim, comunico aos interessados em impetrar recurso, que o mesmo deverá comparecer ao Departamento de Licitações e Contratos, portando um Pen Drive, para receber as cópias digitais das propostas técnicas das instituições supramencionadas.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br).

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ  
CEP: 28990-756

2.4. Na data de hoje, recebemos por e-mail, um link para o Google Drive, mas não foi possível visualizar o conteúdo da pasta por restrições de acesso ao drive, tal como se comprova das telas abaixo.



Assunto **Fwd: PROPOSTA TÉCNICA DAS INSTITUIÇÕES - CHP003/2023**

----- Mensagem encaminhada -----

**Assunto:** PROPOSTA TÉCNICA DAS INSTITUIÇÕES - CHP003/2023

**Data:** Tue, 3 Oct 2023 17:08:42 -0300

**De:** Licitações e Contratos <[licitacoescontratos.pms@gmail.com](mailto:licitacoescontratos.pms@gmail.com)>

 IBAM I.pdf

 [drive.google.com/file/d/1SdQLxoO3yehMJZeNoPNQkiPCPgih\\_9YI/view?usp=drive\\_web](https://drive.google.com/file/d/1SdQLxoO3yehMJZeNoPNQkiPCPgih_9YI/view?usp=drive_web)



## Você precisa ter acesso

Envie um pedido de acesso ou mude para uma conta que tenha permissão. [Saiba mais](#)

Mensagem (opcional)

Solicitar acesso

Você fez login como

 [licitaibam@gmail.com](mailto:licitaibam@gmail.com)

 [drive.google.com/file/d/1SdQLxoO3yehMJZeNoPNQkiPCPgih\\_9YI/view?usp=drive\\_web](https://drive.google.com/file/d/1SdQLxoO3yehMJZeNoPNQkiPCPgih_9YI/view?usp=drive_web)



## Solicitação enviada

Você receberá um e-mail informando se o pedido foi aprovado.



2.5. Por fim, considerando que os princípios da publicidade e da transparência da atividade administrativa é que dão legitimidade à conduta do administrador e tendo em vista ser cediço que nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado (§5º do art. 109 da Lei 8.666/93), espera e requer, novamente, que seja franqueada vistas ao inteiro teor do processo e reaberto prazo para apresentação de recurso contra a pontuação atribuída à OSC Casa Brasil.

### 3 – Da documentação jurídica, fiscal e financeira da OSC CASA BRASIL

3.1. A documentação jurídica, fiscal e financeira da OSC Casa Brasil padece de vícios que impõem a sua inabilitação, dado que não atende ao disposto nos itens 6.4.7.2 e 7.2.3. do Edital, bem como às determinações da Lei nº 13.019/2014, senão vejamos:

3.2. Diz o item 6.4.7.2 do Edital que o Envelope Nº 3 deverá conter:

I - cópia do **estatuto registrado** e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a Proponente **existe há, no mínimo, 3 (três) anos com cadastro ativo**;

III – Certidão negativa (art. 205 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2015) de débitos relativos a créditos tributários federais e **municipais**, observada a previsão da cláusula 8.2.5 deste edital;

/.../

VII - cópia de documento que comprove que a Proponente funciona no endereço por ela declarado, **como conta de consumo ou contrato de locação**;

/.../

IX - declaração do representante legal da Proponente **sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização** ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

3.3. Já o item 7.2.3 do Edital assim estabelece:

7.2.3. A OSC selecionada **deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019/2014**, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, conforme disposto neste Edital



3.4. A exigência constante do subitem I do item 6.4.7.2, equivalente àquela constante do inciso III do art. 34 da Lei 13.019/2014 não pode ser dada como satisfeita na medida que **o Estatuto social apresentado pela OSC não se encontra registrado**. Trata-se de mera cópia de documento protocolado **para fins de registro em 18 de julho de 2023** que não se presta para os fins exigidos, visto que pode cair em inúmeras exigências ou mesmo ter, ao fim e ao cabo, recusa do oficial do registro em promover alterações estatutárias em desacordo com a lei e/ou com o Estatuto vigente que não foi apresentado.

3.5. Na forma do art. 45 do Código Civil, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, **averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo**. Assim, o documento que comprova o mero protocolo do Estatuto da OSC no registro competente não se presta à comprovação da sua existência e, por razões óbvias, não pode fazer as vezes do estatuto registrado.

3.6. Tal fato, por si só, caracteriza desatendimento à regra estabelecida no Edital e enseja a inabilitação sumária da OSC Casa Brasil, não só por afronta a lei e ao Edital, como também pela impossibilidade de verificar se o seu Estatuto se encontra em conformidade ou não com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014.

3.7. Não bastasse isso, é de se considerar que consta da documentação apresentada pela referida OSC, ata de assembleia datada de 08 de março de 2023, onde consta declaração expressa de que a referida entidade *"passou por dificuldades nesse intermédio de tempo e não foi possível a realização de eleições"* diante do que se conclui que esteve acéfala no período compreendido entre 16 de dezembro de 2010 até 07 de março de 2023 próximo passado.

3.8. Tal fato denota, com clareza solar, que por quase treze anos completos a referida OSC, por se encontrar acéfala, não celebrou quaisquer ajustes com a Administração Pública, mesmo porque para assim fazê-lo haveria de apresentar ata de eleição de seus representantes legais devidamente registrada. Considerando o fato de que a Lei 13.019 é do ano de 2014 e que a OSC Casa Brasil, por não ter representante legal eleito no período de dezembro de 2010 a março de 2023 também não tem como comprovar que possui **experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante**, tal como exige a alínea b do inciso V do art. 33 da Lei 13.019/2014.

3.9. Nesse sentido, ainda que a OSC Casa Brasil tenha apresentado comprovação de experiência anterior do corpo técnico ou da equipe de coordenação para fins de pontuação nos itens 1 e 2 da tabela 2 do item 6.5.4 do Edital de Chamamento Público 03/2023, fato é que de acordo com a alínea b do inciso V do art. 33 da Lei 13.019/2014, **caso não reste comprovada a experiência prévia da OSC**, esta resta impossibilitada de celebrar a parceria por força do caput do próprio dispositivo e do regramento constante do art. 28 da Lei 13.019/23.

3.10. Com efeito, de acordo com o Brasil CNPJ, consta da base de dados da Receita Federal do Brasil que a **referida OSC está ativa somente a partir de 23/03/2023**, diante do que não há prova de que a mesma se encontrava em regular funcionamento há um ano sequer, ao revés, tudo indica que ficou inativa por quase 13 anos completos e somente em março de 2023 teve o seu CNPJ reativado.

A empresa ASSOC. BRASILEIRA DE DIVULG. E PROM. DO TUR., DA CULT., DOS VAL. REG., COM. E IND. DA NACAO BRAS. NO EXT. - CASA BRASIL possui o cnpj número 04.887.737/0001-29, tendo iniciado suas atividades em 04/02/2002 e possui 1 filiais e 1 sócios. Atualmente a sede se encontra na cidade de BRASILIA no estado de DF, tendo como principal atividade economica "Atividades de associações de defesa de direitos sociais". A empresa possui junto a Receita Federal do Brasil a situação cadastral "ATIVA" desde 23/03/2023.

Disponível em <https://brasilcnpj.org/df/brasil/assoc-brasileira-de-divulg-e-prom-do-turda-cu-04887737000129>, acesso em 02/10/2023.

3.11. Do cartão do CNPJ emitido pela Receita Federal do Brasil, [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp) observa-se que a situação cadastral ativa data, efetivamente, de 23/03/2023.

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  |   |  |                                |
|---|---|--|--------------------------------|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA  |   |  |                                |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO<br>04.887.737/0001-29<br>MATRIZ   | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL |  | DATA DE ABERTURA<br>04/02/2002 |
| NOME EMPRESARIAL<br>ASSOC. BRASILEIRA DE DIVULG. E PROM. DO TUR., DA CULT., DOS VAL. REG., COM. E IND. DA NACAO BRAS. NO EXT. -<br>CASA BRASIL  |   |  |                                |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****   |   |  | PORTE<br>DEMAIS                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais   |   |  |                                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte<br>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente |   |  |                                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br>399-9 - Associação Privada   |   |  |                                |
| LOGRADOURO<br>SHLS - 716, CONJ. A, SALA   | NUMERO<br>608                                       | COMPLEMENTO<br>ED. PIO X                 |                                |
| CEP<br>70.390-906   | BARRIO/DISTRITO<br>ASA SUL                          | MUNICIPIO<br>BRASILIA                    | UF<br>DF                       |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO   |   | TELEFONE<br>(061) 3466-867               |                                |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****  |   |  |                                |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br>ATIVA   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br>23/03/2023 |                                |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL  |   |  |                                |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****  |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****       |                                |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/10/2023 às 14:52:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



3.12. Nesse sentido, é de se considerar o disposto na alínea a do inciso V do art. 33 da Lei 13.019/2014, segundo o qual a organização da sociedade civil que desejar celebrar termos de colaboração com municípios deverá possuir no **mínimo um ano de existência, com cadastro ativo** comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, o que efetivamente não restou comprovado dado que a OSC teve seu cadastro reativado somente em 23/03/2023, ou seja, há aproximadamente 06 meses.

3.13. E o edital de chamamento público, vai além, ao exigir em seu item 6.4.7.2 que a OSC Proponente deve comprovar que **existe há, no mínimo, 3 (três) anos com cadastro ativo**.

3.14. Assim, conquanto a OSC tenha sido criada em fevereiro de 2002, fato é que esteve acéfala e inativa por longo tempo, sendo certo que o seu cadastro junto a Receita Federal do Brasil foi recentemente reativado, não atendendo, portanto, ao que determina a lei e muito menos o edital.

3.15. Tal exigência não se trata de mero formalismo, mas sim de garantia à Administração e à sociedade em geral para evitar má versação dos recursos públicos por aventureiros.

3.16. Ademais, se a OSC Casa Brasil efetivamente foi criada em 2002 não há razões para a não apresentação de seu Estatuto registrado à época com eventuais alterações posteriores, a não ser que exista neste documento algum impeditivo à celebração do Termo de Fomento nos moldes da legislação de regência. E se impedimento há, a apresentação de mero protocolo de Estatuto com indicação de atendimento às referidas normas é de todo incipiente, seja porque a lei é clara ao estabelecer que o Estatuto deve se encontrar registrado, seja porque a depender das circunstâncias que envolvem o passado da OSC e dos próprios termos do Estatuto anterior que não foi apresentado, as desejadas alterações podem não se consumir em virtude de impedimentos de ordem formal ou material eventualmente constatados pelo Cartório de Registro competente.

3.17. Não bastasse isso, a OSC CASA BRASIL também não atendeu ao exigido no subitem III do item 6.4.7.2 do Edital, visto que **não apresentou certidão de débitos relativos a créditos tributários municipais** de sua sede (Distrito Federal) e muito menos de sua recém constituída filial no Rio de Janeiro.

3.18. Afora todos os vícios acima apontados, de per si suficientes para inabilitar a OSC Casa Brasil, fato é que a Declaração de Domicílio acostada pela OSC comprova que a mesma não possui documentos aptos a comprovar que funcione em Brasília ou no Rio de Janeiro (contas de consumo, contrato de locação, etc.), forçando o seu representante legal a firmar declaração unilateral de que a OSC CASA BRASIL possui domicílio na Estrada dos Bandeirantes, 10875, Bloco 1, Galpão 10, CAMORIM – Rio de Janeiro.

3.19. É no mínimo de se estranhar que uma OSC criada em 2002, ou seja, há mais de vinte anos, não possua nenhum documento apto a comprovar que se encontra domiciliada e em funcionamento em Brasília, no Rio de Janeiro ou em qualquer outra localidade do território nacional (conta de consumo, contrato de locação ou mesmo um contrato recentemente celebrado com algum órgão da Administração Pública), tal como consta do CNPJ de sua Matriz.



3.20. Quanto a filial do Rio de Janeiro, a sua criação somente restou autorizada em 08 de março de 2023, constando da documentação apresentada pela OSC alvará de licença para estabelecimento expedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2023. O alvará, por si só, nada comprova, dado que por se tratar de atividade de baixo risco este é emitido pela internet quase que instantaneamente, mediante informações prestadas pelo próprio interessado.

3.21. Em busca realizada no aplicativo Google Maps, constata-se, ainda, que no endereço informado (Estrada dos Bandeirantes, 10875) funciona a **Central de Depósitos Bandeirantes**, não sendo possível encontrar qualquer indício da efetiva existência de instalações de uma OSC no local.



3.22. Já no endereço de Brasília que consta do cartão de CNPJ da Matriz, qual seja, Shls Quadra 716, Conjunto A, Bloco A, Edifício Pio X, Sala 608 também não há qualquer evidência de que lá seja desenvolvida qualquer atividade da referida OSC. Em busca realizada na rede mundial de computadores pode-se facilmente constatar que no local funciona uma clínica de diagnóstico por imagem. <https://www.miximagem.com.br/>



3.23. Quanto a Declaração sobre Condições Materiais subscrita e apresentada pela OSC em questão esta nada declara e também se encontra em desacordo com o Edital de Chamamento Público 03/2023, porque inobstante o alerta constante do modelo de declaração – Anexo II do Edital, não se fez opção por nenhuma das três redações, sendo certo que as mesmas são excludentes. Trata-se, portanto, de declaração imprestável para os fins a que se destina.

3.24. Tudo isso leva a inexorável conclusão de que a referida OSC não só não atende às determinações do item 6.4.7.2 do Edital de Chamamento Público 03/2023 e aquelas constantes do art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014, como também não possui experiência prévia e atual na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante já que esteve inativa por mais de 12 anos, ou mesmo possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas (art. 33, V, alíneas a, b e c da Lei 13.019/2014).

3.25. Trata-se, evidentemente, de uma OSC, ressuscitada, recriada há poucos meses que possui tão somente a indicação de um endereço de galpão em uma Central de Depósitos no Rio de Janeiro e um site sem muitas informações no endereço [www.casabrasil.org.br](http://www.casabrasil.org.br), cujo domínio foi registrado somente em 27 de março de 2023.



## Domínio casabrasil.org.br

|                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| TITULAR            | CASA BRASIL          |
| DOCUMENTO          | 04.887.737/0001-29   |
| RESPONSÁVEL        | Fabio Oliveira       |
| PAÍS               | BR                   |
| CONTATO DO TITULAR | FCOLT15              |
| CONTATO TÉCNICO    | FCOLT15              |
| SERVIDOR DNS       | ns12.wixdns.net ~    |
| SERVIDOR DNS       | ns13.wixdns.net ~    |
| SACI               | Sim                  |
| CRIADO             | 27/03/2023 #25950941 |
| EXPIRAÇÃO          | 27/03/2028           |
| ALTERADO           | 07/07/2023           |
| STATUS             | Publicado            |

Disponível em  
<https://registro.br/tecnologia/ferramentas/whois/?search=casabrasil.org.br>, acesso em  
03/10/2023

3.26. Assim, considerando que: I) a OSC CASA BRASIL não apresentou seu Estatuto vigente devidamente registrado mas tão somente protocolo de novo Estatuto no registro competente; II) que de acordo com a ata de assembleia da OSC de 08 de março de 2023 consta que a mesma esteve acéfala de dezembro de 2010 até março de 2023; III) que o seu CNPJ foi reativado em 23 de março de 2023, constando como Ativo somente a partir desta data; IV) que não há indícios de que efetivamente esteja em atividade nos endereços indicados de Brasília e do Rio de Janeiro; V) que o domínio casabrasil.org.br foi criado e registrado somente em março de 2023, é de se concluir que se trata de uma OSC recriada e a única semelhança que guarda com a OSC criada em 2002 talvez seja só o nome que ostenta e o número do CNPJ.

3.27. Considerando, ainda, que a lei que regulamenta o presente chamamento público (Lei nº 13.019/2014) entrou em vigor após decorridos 540 dias após sua publicação oficial em 31/07/2014, a conclusão não pode ser outra senão que a OSC CASA BRASIL, tal como hoje se apresenta, nunca celebrou uma parceria nos moldes do presente chamamento e não atende, portanto, o requisito legal para celebração de parcerias, tal como o exigido no art. 33, V, alínea b da Lei 13.019/2014, visto que resta impossível comprovar que detém “experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante” dado que o objeto do chamamento público envolve projeto da ordem de 13 milhões de reais e prazo de execução de 02 anos, ou seja, superior a própria nova existência da OSC Casa Brasil.

3.28. Em suma, por qualquer prisma que se analise a documentação de habilitação apresentada pela OSC Casa Brasil a conclusão não é outra senão a de que esta não atende os requisitos exigidos em lei para celebrar termo de parceria com o



Município de Saquarema, incidindo, portanto, o regramento previsto no §1º do art. 28 da Lei 13.019/2014 segundo o qual na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos arts. 33 e 34, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

3.29. Por fim, cabe reiterar que até a presente data não tivemos acesso a documentação da proposta técnica apresentada pela OSC Casa Brasil para verificar sua adequação aos rigores do Edital de Chamamento Público, sendo certo que se a OSC efetivamente se encontrava inativa até 23 de março de 2023, como ao que tudo indica, sendo recriada há poucos meses, não é crível que a documentação de qualificação técnica apresentada possa ser considerada apta não só a suprir as exigências lançadas no Edital de Chamamento Público 03/2023 como também obter pontuação máxima em todos os critérios de pontuação.

#### **4.1. Das normas e princípios de regência aplicáveis ao caso.**

4.1.1 Conforme preconiza o art. 5º da Lei 13.019/2014, o regime jurídico de que trata a referida Lei tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, **os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.**

4.1.2 Tais princípios não são meras exortações e devem ser enxergados, efetivamente, como normas jurídicas. Assim, com a densidade valorativa que carregam, uma vez que consagram, na realidade, os próprios valores e finalidades que deve guiar a atuação do Estado, eles impõem que as normas integrantes do ordenamento jurídico sejam interpretadas de forma a lhes outorgar a maior efetividade possível.

4.1.3 Admitir a celebração de Termo de Colaboração na ordem de aproximadamente 13 milhões de reais com prazo de dois anos, com uma OSC recriada à pouco mais de seis meses, incapaz sequer de provar que se encontra em funcionamento ou que detém experiência esperada para bem gerir os recursos públicos objeto da parceria que tem prazo de dois anos, ou seja, superior a sua própria nova existência, é medida de todo temerária que afronta não só os princípios da legalidade, da eficiência e da eficácia, como também o da moralidade e da economicidade, dado que a proposta de preços da referida OSC é significativamente mais onerosa que a deste Instituto, não havendo qualquer justificativa razoável para que a Administração desembolse um milhão de reais a mais para contratar quem não atende as disposições dos artigos 33 e 34 da lei 13.019/2014 e do próprio Edital de Chamamento Público 03/2023.

4.1.4 Ao comentar as exigências trazidas pela Lei 13.019/2014, Maria Sylvia Zanella Di Pietro é enfática ao sustentar que essas *“são altamente meritórias, porque contribuem para afastar verdadeiras entidades fantasmas que têm celebrado termos de parceria com o Poder Público: entidades que só existem no papel”*. (In: Direito administrativo, 36. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2023.

4.1.5 Por fim, é de se reproduzir as razões invocadas por esta ilustre Comissão de Licitação para glosa de pontos do item 7 de nossa proposta técnica, (Projeto de Ação social) que conquanto não concordemos, respeitamos:

“Conforme dispõe o art. 37, caput, da Constituição Federal e arts. 3º, caput, 42, §5º e 44, caput; e 45. Caput e §1º da Lei nº 8.666/93, ora em vigor, impõe-se a submissão da Administração Pública e seus agentes, bem como dos concorrentes em processo licitatório, especialmente no tocante as suas propostas, a obediência aos princípios constitucionais e/ou legais da **moralidade, da igualdade e do julgamento objetivo**, sob pena de nulidade do certame licitatório”.

4.1.6 Assim, temos a convicção de que esta ilustre Comissão, ciente e zelosa que é com a fiel observância dos princípios que orientam o atuar administrativo e para com o erário público, diante das razões ora apresentadas e a fim de evitar possíveis glosas pelos órgãos de controle externo, há de rever a sua decisão para declarar a OSC Casa Brasil inabilitada por não atender as disposições do art. 33 e 34 da Lei 13.019/2014.

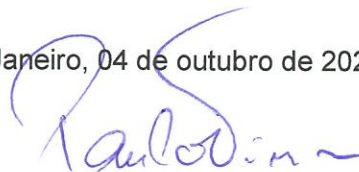
## 5 – Do Pedido

5.1. Por todo o exposto, requer, respeitosamente, a revisão da decisão impugnada para:

- a) Atribuir à OSC SESSUB, 0,5 pontos ao item 5 da tabela constante do item 6.5.4 do Edital (Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta), de forma a totalizar 16,5 pontos.
- b) Inabilitar a OSC CASA BRASIL por desatendimento das disposições constantes do art. 33 e 34 da Lei 13.019/2014 e dos itens 6.4.7.2 e 7.2.3. do Edital de Chamamento Público 03/2023.
- c) Caso assim não entenda a Comissão, seja franqueada vistas à documentação das propostas técnicas das OSC CASA BRASIL e SESSUB, com prazo para complementação destas razões recursais a fluir na forma do §5º do art. 109 da Lei 8.666/93 e encaminhamento do presente para ciência e pronunciamento da Procuradoria Geral do Município a fim de evitar a desnecessária judicialização da matéria.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2023.



Paulo Timm

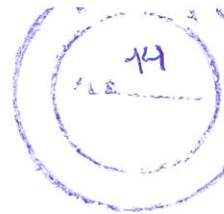
**PAULO TIMM**

Superintendente Geral-IBAM  
CRA/RJ 20.28439-0  
CPF 457.512.429-04





instituto brasileiro de  
administração municipal



À

Prefeitura Municipal de Saquarema

A / C.: Comissão de Licitação

Objeto: Visa atender através de celebração de contrato para implementação de projeto escola de programação e empreendedorismo de Saquarema

Ref.: Chamamento Público 003/2023

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, CNPJ Nº. 33.645.482/0001-96, sediado na rua Buenos Aires, 19, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20070-021, por intermédio do Superintendente Administrativo Financeiro, o Sr. Sergio Deluiz, carteira de identidade nº 002.411.942-2, inscrito no CPF nº 402.976.47-68, nomeia e constitui o Sr. Lúcio José Barbosa Aires, RG 07.769.673-0, expedido pelo Detran/RJ para se dirigir ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Saquarema, portando um Pen Drive, para receber as cópias digitais das propostas técnicas do Instituto Casa Brasil e Sussub, e com o fim específico de representar a outorgante perante Prefeitura Municipal de Saquarema, na Chamamento Público 003/2023, podendo para isso, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2023.

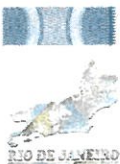
Sergio Deluiz

Superintendente Administrativo Financeiro



17º OFÍCIO DE NOTAS - RJ  
Rosângela Maria Ferreira  
Adv. GJ nº 94 04402  
Art. 201, 3º Lei 8.935/94





Carlos Alberto Firmo Oliveira Tabelião  
Fabio Firmo Oliveira Tabelião Substituto

Rua do Carmo, 63 - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20011-020  
Tel.: (21) 2107-9800  
www.17oficio.com.br - cartorio@17oficio.com.br



LIVRO: 8658  
FOLHA: 115  
ATO: 041  
TRASLADO

**PROCURAÇÃO**, na forma abaixo:

Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e três (24.01.2023), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no Cartório do 17º Ofício de Notas, situado na Rua do Carmo nº 63, Centro, sendo Tabelião, CARLOS ALBERTO FIRMO OLIVEIRA, e perante mim, ANNE LOUISE MELE GONÇALVES DIAS, Substituta, matrícula n. 94.20186, conforme Lei Federal nº 8.935 de 18/11/1994, e publicada no Diário Oficial de 21/11/1994, Compareceu como **OUTORGANTE, INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM**, com sede nesta Cidade, Rua do Rosário, nº 72, com entrada pela Rua Buenos Aires, nº 19, Centro, neste ato representado, nos termos estatutários, por seu Superintendente Geral, **PAULO TIMM**, portador da Carteira de Identidade n.º 20-28439-0, emitida em 22/02/1989 pelo Conselho Regional de Administração/RJ, e do CPF n.º 457.512.429-04, identificado como o próprio conforme documentação apresentada. **Pelo Outorgante me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante Procurador: SERGIO DELUIZ**, brasileiro, casado, Administrador, funcionário do Outorgante, Carteira de Identidade n.º 002.411.942-2 emitida em 06/06/2001 pela SSP/RJ e carteira do MEC/RJ nº 7989, inscrito no CPF n.º 402.976.247-68, residente e domiciliado nesta cidade; com poderes para representar o Outorgante junto a qualquer repartição ou entidade pública federal, estadual, municipal, autárquica e fundacional, inclusive junto ao Poder Judiciário federal e estadual, em todas as suas instâncias, bem como junto a qualquer empresa estatal ou paraestatal, e ainda perante qualquer empresa privada, e junto à Administração Pública de qualquer país com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas, em que seja parte o Outorgante, podendo firmar convênios, contratos e quaisquer outros acordos, peticionar e contestar em juízo, assim como assinar recibos, dar quitações, requerer pagamentos e o que mais for necessário, o que dá por firme e valioso como se o próprio fora, movimentar contas perante bancos e estabelecimentos de crédito, abrir contas correntes, assinar recibos, emitir, endossar e avalizar cheques, transferir, transformar e encerrar contas bancárias, receber e dar quitação, autorizar débitos, solicitar saldos, extratos

Esse documento foi assinado por ANNE LOUISE MELE GONCALVES DIAS.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código L6HMK-ES2U8-BL5L3-XWP6J

VALIDO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS



AAA 026575187

bancários e talões de cheques, avalizar e endossar promissórias, assinar contratos e propostas de empréstimos, podendo oferecer garantias e cauções, reconhecer dívidas e obrigações, Que a movimentação de valores em qualquer estabelecimento bancário, inclusive Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A, deverá ser feita junto com outro procurador. **Que a presente Procuração é válida por 02 (dois) anos a contar desta data.** Os dados da Outorgada e elementos da procuração foram fornecidos e conferidos pelo Outorgante e que por eles, se responsabilizam. Feita Sob Minuta. Foi realizado pré-teste em nome dos outorgantes, deles, nada constando. **ASSIM**, pediu que em minhas Notas lhes lavrasse a presente, que feita e lida, aceita e assina perante mim, dispensando testemunhas, nos termos do artigo 240, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça. Certifico que as custas devidas pelo presente ato, conforme Portaria CGJ 2358/2022, Tabela VII, Item 1.2.a. no valor de R\$321,92, acrescida das despesas previstas pela Tabela 01 da mesma Portaria (arquivamento, item 4 no valor de R\$10,74, Distribuidor, CENSEC item 5 no valor de R\$24,92), mais 20% devidos a FETJ, consoante a Lei 3217/99, no valor de R\$ 73,40, mais 5% devidos a FUNDPERJ, consoante a Lei 4664/2005, no valor de R\$ 18,35, mais 5% devidos a FUNPERJ, consoantes a LC 111/2006 no valor de R\$ 18,35, mais 4% devidos a FUNARPENRJ consoantes a Lei 6.281/2012 no valor de R\$14,68, mais 2% atos gratuitos/PMCMV consoante a Lei Estadual 6370/12 no valor de R\$6,43, e mais distribuição no valor de R\$36,82, mais 526% ISS no valor de R\$19,64. Eu (A) **ANNE LOUISE MELE GONÇALVES DIAS**, Substituta, matrícula n. 94.20186 conforme Lei Federal nº 8.935 de 18.11.1994 e publicada no Diário Oficial de 21.11.1994, lavrei, li e colhi as assinaturas. E, eu, (A) (Tabelião ou Substituto Legal) subscrevo e assino encerrando o presente ato. **ASS INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM**, neste ato representado por seu Superintendente Geral, **PAULO TIMM. TRASLADADA NESTA DATA.** Eu, (A) - (assinado digitalmente conforme certificado digital ICP-Brasil) **ANNE LOUISE MELE GONÇALVES DIAS**, substituta, cadastrado na CGJ/RJ sob o nº 94/20688, conforme Lei Federal nº 8.935 de 18/11/1994, e publicada no Diário Oficial de 21/11/1994, subscrevo e assino, encerrando o presente ato.



Assinado digitalmente por:  
**ANNE LOUISE MELE GONÇALVES DIAS**  
CPF: 184.572.757-63  
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5  
Data: 31/01/2023 14:06:48 -03:00



Esse documento foi assinado por ANNE LOUISE MELE GONÇALVES DIAS.  
Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código L6HMK-ES2U8-BL5L3-XWP6J







Carlos Alberto Firmo Oliveira Tabelião  
Fabio Firmo Oliveira Tabelião Substituto  
Rua do Carmo, 63 - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20011-020  
Tel.: (21) 2107-9800  
www.17oficio.com.br - cartorio@17oficio.com.br



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: L6HMK-ES2U8-BL5L3-XWP6J

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ ANNE LOUISE MELE GONCALVES DIAS (CPF 184.572.757-63) em 31/01/2023 14:06

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/L6HMK-ES2U8-BL5L3-XWP6J>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 026575188



97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
REITORIA - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

NOME  
SERGIO DELUIZ

FILIAÇÃO  
WALDYR DELUIZ  
ADELAIDE SOARES DELUIZ

DATA NASC.  
18/07/1950

NATURALIDADE  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OBSERVAÇÃO  
NÃO HÁ

FATOR RH  
O+

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 402.976.247-68

REGISTRO GERAL 02.411.942-2

C.CASM LIV 00241B FLS 156

RIO DE JANEIRO RJ

T. ELEITOR  
NÃO INFORMADO

MIS / PIS / PASEP  
NÃO INFORMADO

CERT. MILITAR  
NÃO INFORMADO

CNS  
NÃO INFORMADO

DATA DE EXPEDIÇÃO 24/02/2023

TERM 0029358 C 004

CTPS / SERIE / UF  
NÃO INFORMADO

IDENTIDADE PROFISSIONAL  
NÃO INFORMADO

POLEGAR DIREITO

ZVIA

0706

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



## ESTATUTO SOCIAL

## TÍTULO I

## Da Natureza e dos Fins do Instituto

Art. 1º. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, associação civil de direito privado, fundada em 1º de outubro de 1952, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, nº 72, com entrada pela Rua Buenos Aires, nº 19, Centro, é uma instituição de assistência social, educacional e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por objetivo o estudo, a pesquisa e a busca de solução para os problemas da Administração Pública, especialmente a municipal, no marco do desenvolvimento sustentável, bem como o aperfeiçoamento de pessoal dos setores público e privado com vistas à melhoria de desempenho, o ingresso no mercado de trabalho, a promoção da inclusão social e o bem estar da sociedade.

Art. 2º. A missão do IBAM é promover – com base na ética, transparência e sem vínculo político-partidário – o desenvolvimento institucional da Administração Pública, especialmente a municipal, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento, objetivando uma sociedade democrática e justa.

**§ 1º. No desempenho de seus objetivos, compete ao IBAM:**

- a) conceber e implementar projetos de fortalecimento e desenvolvimento institucional para o setor público ou privado, em todas as suas áreas de competência, inclusive gestão e tecnologia da informação;
- b) realizar pesquisas e promover a divulgação de ideias e práticas capazes de contribuir para o desenvolvimento institucional da Administração Pública e dos serviços urbanos;
- c) prestar, no âmbito das suas finalidades e com o mesmo caráter não lucrativo, colaboração, assistência ou orientação técnica e jurídica às administrações municipais, estaduais e federais, diretas e indiretas, bem como a outros órgãos, entidades e empresas, nacionais ou estrangeiras;
- d) manter a Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR como centro de ensino, estudos e difusão cultural, destinado primordialmente ao aperfeiçoamento de pessoal no âmbito dos setores públicos e privados;
- e) assessorar a Administração Pública em matéria de organização e gestão, inclusive no desenvolvimento de recursos humanos em todas as suas etapas, compreendendo o recrutamento por meio de concurso, a elaboração de planos de cargos e carreiras e de estatutos e a metodologia de avaliação de desempenho;
- f) atuar no campo do desenvolvimento urbano, de modo a auxiliar a Administração Pública a promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- g) assessorar a Administração Pública no que respeita à formulação e implementação da política, da legislação e da administração tributária, inclusive a recuperação de créditos e de dívida ativa;
- h) promover a ampla difusão de informações sobre Governo Local para todos os agentes interessados do Governo e da sociedade civil, principalmente das administrações municipais, fortalecendo sua participação em redes locais, regionais, nacionais e internacionais de informação e comunicação;





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RAISSA CARDOSO DA ROCHA, em 13 de junho de 2023 16:10:07 GMT-03:00, CNS: 08.938.1 - 8º OFÍCIO DE NOTAS/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

- i) valorizar em suas atividades as questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável, no âmbito territorial em que se apresentem, à proteção e à gestão dos recursos ambientais naturais e construídos, à eficiência, à eficácia e à equidade das políticas públicas, à justiça social e aos direitos humanos, atuando na defesa, garantia e efetivação de direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos e divulgação e participação na política de assistência social;
- j) incentivar o aperfeiçoamento do pessoal das administrações municipais, por meio de bolsas de estudo concedidas pela ENSUR;
- k) promover, inclusive mediante contratos e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, cursos destinados ao aperfeiçoamento profissional em matéria de serviços públicos e urbanos;
- l) promover o intercâmbio de informações e experiências no âmbito da Administração Pública e dos serviços públicos;
- m) articular-se com instituições nacionais e estrangeiras com o objetivo de ampliar e aprimorar as suas atividades, integrando redes e associações e formando parcerias;
- n) estudar os problemas da vida municipal brasileira, tanto nos seus aspectos locais como nas suas implicações com o desenvolvimento regional e nacional;
- o) colaborar com o Poder Público espontaneamente ou mediante solicitação, em matéria de Administração Pública e aprimoramento da respectiva legislação;
- p) prestar serviços de promoção e assistência social sem distinção de etnia, gênero, orientação política, sexual e religiosa, bem como a pessoas com deficiência;
- q) promover atividades artísticas e culturais voltadas para a comunidade;
- r) assessorar entidades públicas e privadas de promoção e assistência social na efetiva prestação de serviços destinados ao amparo da população carente, no âmbito das atividades desempenhadas pelo IBAM;
- s) desenvolver outras atividades inerentes aos seus objetivos.

§ 2º. Para melhor atendimento de sua missão, definida no *caput* deste artigo, e concretização dos objetivos acima, o IBAM se constitui, por força deste Estatuto, também em entidade mantenedora de instituições de ensino, nas modalidades presencial e a distância, obedecida a legislação educacional vigente.

§ 3º. Os recursos obtidos através de contribuições, doações, subvenções, auxílios financeiros, convênios e contratos serão obrigatoriamente utilizados na realização dos seus objetivos com o mesmo caráter não lucrativo.

## TÍTULO II Do Quadro de Associados

Art. 3º. O IBAM terá as seguintes categorias de associados:

- I – efetivos;
- II – cooperadores;
- III – beneméritos;
- IV – honorários.

Art. 4º. Serão admitidos como associados efetivos cidadãos brasileiros que, através de estudos, do ensino ou da ação prática, tenham contribuído para o desenvolvimento da Administração Pública.

3





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RAÍSSA CARDOSO DA ROCHA, em 13 de junho de 2023, às 16:10:07 GMT-03:00. ONS: 08.938-1. 3º OFÍCIO DE NOTAS/RJ, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Art. 5º. O número de associados efetivos é limitado a 50 (cinquenta).

Art. 6º. A indicação de associados efetivos é feita mediante proposta assinada por, pelo menos, dois associados efetivos e aceita pelo voto de dois terços do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A admissão de associados efetivos, após aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, será formalizada por carta do Presidente do Conselho aos convidados e somente se efetivará se o indicado confirmar, por escrito, a aceitação até a data da reunião subsequente do mesmo Conselho.

Art. 7º. Serão admitidos como associados cooperadores pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado, inclusive órgãos de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que contribuam, regularmente, para o Instituto de acordo com tabelas estabelecidas pelo Superintendente Geral.

§ 1º. Poderão ser admitidos, excepcional e temporariamente, Prefeituras e Câmaras Municipais, com os direitos dos associados cooperadores, porém sem a obrigação de efetuar a contribuição de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º. A exceção prevista no parágrafo anterior deverá ser autorizada pelo Superintendente Geral e somente poderá ocorrer em relação a Prefeituras e Câmaras Municipais que sejam objeto de projetos especiais e filantrópicos do Instituto, enquanto estiverem tais projetos em fase de execução.

Art. 8º. Poderão ser incluídos na categoria de associados beneméritos, a juízo do Conselho de Administração, brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, que prestarem relevantes serviços ao IBAM, promovendo o seu desenvolvimento institucional ou patrimonial, ou ao desenvolvimento dos Municípios.

§ 1º. Os associados de que trata este artigo serão indicados por, pelo menos, 1 (um) membro da Assembleia Geral ou pelo Superintendente Geral.

§ 2º. Havendo o Conselho de Administração se manifestado positivamente, a inclusão de associado benemérito no quadro de associados do IBAM dar-se-á automaticamente.

§ 3º. O Superintendente Geral encaminhará correspondência, acompanhada de diploma específico, ao associado benemérito informando-lhe da decisão do Conselho de Administração.

Art. 9º. Serão considerados associados honorários, a juízo da Assembleia Geral, brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, que prestarem relevantes serviços ao país, no campo da Administração Pública.

§ 1º. Os associados de que trata este artigo serão indicados por, pelo menos, 1 (um) membro da Assembleia Geral ou pelo Superintendente Geral.

§ 2º. O Superintendente Geral encaminhará correspondência, acompanhada de diploma específico, ao associado honorário informando-lhe da decisão da Assembleia Geral.

### TÍTULO III Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 10. São direitos dos associados efetivos, beneméritos e honorários:

- I – receber as publicações periódicas editadas pelo IBAM;
- II – utilizar-se da Biblioteca e do Laboratório de Administração do Instituto.





Art. 11. São direitos dos associados cooperadores:

- I – receber as publicações periódicas editadas pelo IBAM;
- II – utilizar-se dos serviços de assistência técnica a distância proporcionados pelo IBAM;
- III – beneficiar-se dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento e dos demais serviços de assistência técnica postos à sua disposição pelo Instituto, nos termos dos regulamentos respectivos.

Art. 12. São deveres dos associados:

- I – cooperar para o desenvolvimento e o prestígio do Instituto;
- II – apoiar a captação de recursos e a busca de parcerias nacionais e internacionais para o Instituto;
- III – observar as disposições deste Estatuto e dos regulamentos e resoluções baixados pelos órgãos administrativos do IBAM.

#### TÍTULO IV CAPÍTULO I Da Organização

Art. 13. O IBAM terá a seguinte organização:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Administração;
- III – Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O IBAM não remunerará nem concederá vantagens ou benefícios pecuniários, por qualquer forma ou título, a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

#### CAPÍTULO II Da Assembleia Geral

Art. 14. A Assembleia Geral será constituída pela totalidade dos associados efetivos em pleno gozo de seus direitos associativos.

Parágrafo único. O direito de voto na Assembleia Geral é privativo dos associados efetivos, podendo os associados honorários dela participar e opinar sobre os assuntos debatidos.

Art. 15. A Assembleia Geral é o poder soberano do IBAM e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, para deliberar sobre o relatório e a prestação de contas da Administração e sobre outros assuntos especificados na convocação.

Art. 16. A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho de Administração ou a requerimento de, pelo menos, um quinto dos associados que a constituem.

Art. 17. A Assembleia Geral deliberará, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros e em segunda convocação, com qualquer número, uma hora depois da que houver sido marcada para a primeira convocação.

Art. 18. A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por meio de comunicação que permita comprovação de recebimento.





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RAISSA CARDOSO DA ROCHA, em 14 de junho de 2023 às 16:10:07 GMT-03:00, CNIS: 06.938-1 - 8º OFÍCIO DE NOTAS/RJ, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas - Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

#### Art. 19. Compete à Assembleia Geral:

- I – decidir sobre as indicações de associados efetivos e honorários;
- II – eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal do IBAM;
- III – excluir os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e os próprios membros;
- IV – decidir, em grau de recurso, sobre atos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V – aprovar alterações no presente Estatuto, por proposta do Conselho de Administração;
- VI – aprovar as contas da entidade, após manifestação do Conselho Fiscal;
- VII – decidir sobre qualquer outro assunto não afeto ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

§ 1º. As deliberações relativas aos incisos III e V deverão ser tomadas com a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ser votada, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 2º. Os associados efetivos poderão ser excluídos, observado o disposto neste Estatuto, quando deixarem de comparecer a 3 (três) Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

§ 3º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal poderão ser excluídos, observado o disposto neste Estatuto, quando deixarem de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

§ 4º. Os associados de que tratam os §§ 2º e 3º poderão também ser excluídos, por deliberação da Assembleia Geral, por motivos graves, em deliberação fundamentada, com a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, na forma estabelecida pelo § 1º deste artigo.

### CAPÍTULO III Do Conselho de Administração

Art. 20. A administração do IBAM será exercida por um Conselho de Administração, composto de 10 (dez) Conselheiros Diretores, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os Conselheiros Diretores, em seus impedimentos, poderão se fazer representar por procuradores, desde que os mesmos sejam seus pares.

§ 2º. O Conselho de Administração será auxiliado por um Superintendente Geral, escolhido pelo Conselho, dentro ou não do quadro de empregados do IBAM, que com este manterá vínculo empregatício comum e que atuará efetivamente na gestão executiva do Instituto.

Art. 21. O mandato de cada membro do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, contados a partir da data da respectiva eleição, permitida a recondução.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração não farão jus a remuneração, a qualquer título.

#### Art. 22. Compete ao Conselho de Administração:

- I – traçar normas e diretrizes gerais de administração do IBAM e zelar pelo cumprimento das suas finalidades e objetivos estatutários;
- II – exercer supervisão geral sobre as atividades do IBAM, determinando as providências que se tornarem necessárias à sua completa eficiência;





III – aprovar o orçamento e os planos de trabalho do IBAM;

IV – autorizar a alienação de bens imóveis do Instituto e a constituição de hipoteca sobre os mesmos;

V – manifestar-se sobre a inclusão de associados efetivos e beneméritos, observado o disposto nos arts. 6º e 8º e seus parágrafos.

VI – julgar, *ex officio* ou em grau de recurso, os atos do Superintendente Geral.

Art. 23. O Conselho de Administração reunir-se-á, por convocação do seu Presidente, ordinária e semestralmente, segundo o calendário previamente aprovado pelo Conselho, e, extraordinariamente, por deliberação própria ou solicitação do Superintendente Geral, sempre que o exijam os interesses do Instituto.

§ 1º. As reuniões do Conselho se realizarão com a presença de pelo menos 3 (três) de seus membros, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º. O quorum estabelecido no parágrafo anterior não se aplica à competência estabelecida no inciso IV do art. 22, cuja decisão exige a participação da maioria dos membros do Conselho, exigindo-se o voto favorável da maioria dos consultados.

§ 3º. O Conselho de Administração, por convocação de seu Presidente, poderá realizar reuniões por qualquer meio a distância.

§ 4º. O Presidente do Conselho de Administração fará lavrar a ata da reunião de que trata o parágrafo anterior, encaminhando-a aos membros dela participantes para que confirmem as decisões tomadas.

§ 5º. A ata a que se refere o parágrafo anterior somente produzirá efeitos após obtida a assinatura dos Conselheiros ouvidos.

Art. 24. O Presidente do Conselho de Administração será eleito por seus pares.

Art. 25. O Superintendente Geral participará das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto, para prestar informações ou esclarecer dúvidas sobre assuntos de sua competência.

#### CAPÍTULO IV Do Superintendente Geral

Art. 26. O Superintendente Geral do IBAM será escolhido e terá sua remuneração fixada pelo Conselho de Administração, podendo integrar ou não os quadros do IBAM, com o qual manterá vínculo trabalhista.

Parágrafo único. O período do exercício do cargo de Superintendente Geral será de até 4 (quatro) anos, prorrogável, a juízo do Conselho de Administração.

Art. 27. A escolha do Superintendente Geral recairá, obrigatoriamente, em pessoa credenciada por títulos, trabalhos publicados ou experiência comprovada no trato de problemas da Administração Pública, notadamente em nível municipal.

Art. 28. Incumbe ao Superintendente Geral:

I – executar fielmente as normas e diretrizes emanadas do Conselho de Administração;

II – representar o IBAM em juízo ou fora dele, cabendo-lhe firmar contratos, convênios e outros acordos, agir junto a órgãos públicos e privados, inclusive bancos, respondendo perante o Conselho de Administração pelo exercício desses poderes;

7





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RALISSA CARDOSO DA ROCHA, em 13 de junho de 2023, 16:10:07 GMT-03:00. ONS: 08.939-1 - 8º OFÍCIO DE NOTARIAS/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deve ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser autenticado no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNU - artigo 22.

- III – expedir normas, instruções ou ordens para execução dos trabalhos do IBAM, em harmonia com a orientação traçada pelo Conselho de Administração;
- IV – admitir e dispensar os empregados do Instituto e fixar-lhes os vencimentos, bem como aplicar-lhes sanções disciplinares, quando for o caso;
- V – criar Seções Regionais, Delegacias ou Representações do IBAM nas unidades da Federação e, *ad referendum* do Conselho de Administração, no exterior;
- VI – abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e efetuar operações de crédito, devendo os cheques ser nominativos e conter pelo menos duas assinaturas, uma das quais do Superintendente Geral ou de pessoa por ele designada formalmente;
- VII – comparecer, sem direito a voto, às reuniões do Conselho de Administração e às Assembleias Gerais, para prestar informações, podendo ser acompanhado por seus auxiliares quando necessário.

Parágrafo único. O Superintendente Geral poderá designar Superintendentes de áreas e delegar-lhes atribuições, exceto as previstas nos incisos IV e V deste artigo, sem prejuízo da supervisão e do controle que deverá exercer sobre o desempenho das atividades delegadas.

#### CAPÍTULO V Do Conselho Fiscal

Art. 29. O Conselho Fiscal será composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela Assembleia Geral.

§ 1º. A reunião do Conselho Fiscal se realizará com a presença de, pelo menos, 3 (três) membros.

§ 2º. Ocorrendo vaga por renúncia ou morte, será eleito novo membro do Conselho.

Art. 30. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá a duração de 4 (quatro) anos, podendo haver recondução.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal não farão jus a remuneração a qualquer título.

Art. 31. São atribuições precípua do Conselho Fiscal:

- I – efetuar, anualmente, a tomada de contas da Administração;
- II – fiscalizar a execução orçamentária.
- III – emitir parecer sobre as contas do Instituto.

#### TÍTULO V Do Patrimônio

Art. 32. O patrimônio do Instituto será constituído pelos bens e direitos a ele doados, pelos adquiridos no exercício de suas atividades, bem como pelas contribuições de seus associados e por subvenções oficiais.

Parágrafo único. No caso de incorporação, fusão, cisão, extinção ou dissolução do IBAM, o seu integral patrimônio líquido remanescente será transferido a outra pessoa jurídica com características e objetivos semelhantes, preferencialmente com o mesmo objeto social, ou a entidade pública, a critério da Assembleia Geral que deliberar sobre a situação prevista neste parágrafo.





Art. 33. Os bens, rendas e direitos do Instituto serão utilizados exclusivamente na realização de seus objetivos, permitida, todavia, a inversão de uns e outros para obtenção de rendas, destinadas ao mesmo fim.

Parágrafo único. O IBAM não distribuirá, sob nenhuma forma ou pretexto, entre os seus associados, conselheiros, diretores ou doadores, qualquer quinhão ou parcela de seu patrimônio, de suas rendas, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações ou participações, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução dos seus objetivos sociais e em território nacional.

## **TÍTULO VI** **Do Regime Financeiro**

Art. 34. O ano fiscal do IBAM será de 1º de janeiro a 31 de dezembro, correspondendo ao ano civil.

Art. 35. Até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, o Superintendente Geral apresentará ao Conselho de Administração a proposta orçamentária do ano seguinte.

Art. 36. O orçamento obedecerá aos princípios da unidade e da universalidade e a gestão do IBAM observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da responsabilidade social e cívica, mantendo escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.


## **TÍTULO VII** **Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 37. Os associados não respondem nem particular nem solidariamente pelos atos praticados pelos órgãos responsáveis pela administração do IBAM.

Art. 38. O prazo de duração da Associação regida por este Estatuto é indeterminado.

Art. 39. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, exceto quando relativos a assuntos privativos da Assembleia Geral.

(Com a alteração proposta e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/09/2019)

  
Edson de Oliveira Nunes  
Presidente do  
Conselho de Administração e da  
Assembleia Geral Extraordinária

  
Paulo Timm  
Secretário da  
Assembleia Geral Extraordinária

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RAÍSSA CARDOSO DA ROCHA, em 10/10/2019, às 10:07 GMT-03:00, QNS: 08.939.1 - 8º OFÍCIO DE NOTARIJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser autenticado em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPJ-RJ 10/10/2019-26  
ECY182127GWD  
fl.: 9/9

Associação dos Notários  
e Registradores do Estado  
do Rio de Janeiro

### Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Rua México, 148, 3º andar, Centro

#### CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

Matr. 2624

201909201600383 10/10/2019

Emol: 203,30. Tributo: 69,11

Selo: ECY182127 GWD

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Verifique autenticidade em [rcpj.com.br](http://rcpj.com.br) ou pelo QRCode ao lado

Almir F. da Silva  
Oficial Substituto



AAA 16700404

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS



**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO**

**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN**

2.6.1 NOME E SOBRENOME: PAULO TIMM

1.º HABITAÇÃO: 19/01/1981

3. DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 05/10/1961 JOINVILLE/SC

4. DATA EMISSÃO: 13/10/2022

5. VALIDADE: 10/10/2027

ACC: D

4.6 DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 2R849400SSPSC

4.6 CPF: 457.512.429-04

5. Nº REGISTRO: 02311256724

9. CAT. HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: JONAS TIMM

EVA BECKMANN TIMM

7. ASSINATURA DO PORTADOR

9. ACC: A, B, C, C1

10. D, D1, BE, CE, C1E, DE, D1E

11. 10/10/2027

12. OBSERVAÇÕES: A

LOCAL: RIO DE JANEIRO, RJ

ASSINATURA DO EMISSOR: 02476942000 RJ368225852

**RIO DE JANEIRO**  
**SENATRAN CONTRAN**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL: 2461049241

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL: 2461049241

**RESOLUÇÃO Nº 01/2023**

O Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em reunião presencial/virtual realizada em 15 de março de 2023, com apoio no que dispõe o art. 26 do Estatuto Social,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Reconduzir Paulo Timm ao cargo de Superintendente Geral do IBAM pelo período de 4 (quatro) anos, contados a partir de 11 de abril de 2023 a 10 de abril de 2027, mantidas as normas referentes à sua remuneração.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

EDVALDO PEREIRA  
DE  
BRITO:00229946534

Assinado de forma digital  
por EDVALDO PEREIRA DE  
BRITO:00229946534  
Data: 2023.03.17  
15:59:28 -03'00'

Edvaldo Pereira de Brito  
Presidente  
Conselho de Administração

Tel.: +55 21 2142 9797  
email: [ibam@ibam.org.br](mailto:ibam@ibam.org.br)  
[www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

Rua Buenos Aires nº 19 – Centro  
CEP: 20070-021  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

AAA 026969823



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM**  
Realizada em 15 de março de 2023

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, em primeira convocação, reuniu-se, a chamado do seu Presidente, Edvaldo Brito, o Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, por meio presencial/virtual. Participaram os seguintes Conselheiros: Edvaldo Brito, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Paulo Alcântara Gomes e Teresinha Tourinho Saraiva. O Conselheiro Edgar Flexa Ribeiro não participou, porém justificou sua ausência. Presente, também, por solicitação do Presidente do Conselho, Paulo Timm, Superintendente Geral do IBAM. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos com o item a) da pauta, decisão sobre novo mandato do Superintendente Geral, Paulo Timm, informando que o mandato atual encerra-se no próximo dia 11 de abril, e propôs que o mesmo seja reconduzido, haja vista os bons resultados que o IBAM vem alcançando. A indicação foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros, que reiteraram a convicção de que o referido Superintendente tem atuado com competência. Paulo Timm agradeceu as referências e lembrou que os bons resultados se devem também à equipe que o acompanha. Seguiu-se a posse para mais quatro anos de mandato no cargo mencionado. O Presidente determinou que fosse preparada a resolução do Conselho que referencia a decisão, o que foi feito de pronto, tendo o Presidente firmado a Resolução nº 1/2023, que se encontra **em anexo à presente**. Passando ao item b) da pauta, que se refere a assuntos gerais, o Presidente franqueou a palavra e, como dela ninguém fez uso, declarou encerrada a reunião, agradeceu a participação de todos e determinou que eu, Paulo Timm, lavrasse a presente ata, que vai assinada por ele e por mim.



Documento assinado digitalmente  
**PAULO TIMM**  
Data: 15/03/2023 14:14:31-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Paulo Timm  
Secretário

Assinado de forma  
digital por EDVALDO  
PEREIRA DE  
BRITO:00229946  
534  
Data: 2023.03.17  
15:58:28 -03'00'

Edvaldo Pereira de Brito  
Presidente

Tel.: +55 21 2142 9797  
email: [ibam@ibam.org.br](mailto:ibam@ibam.org.br)  
[www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

Rua Buenos Aires nº 19 – Centro  
CEP: 20070-021  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

AAA 026969825

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por RAISSA CARDOSO DA ROCHA, em 13 de junho de 2023, às 15h06:01 GMT-03:00. CNIS: 08.938.1 - 8º OFÍCIO DE NOTAS/RJ, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPJ-RJ 20/04/2023-  
EEFT18700QTP  
fl.: 5/5

Associação dos Notários  
e Registradores do Estado  
do Rio de Janeiro

### Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Rua México, 148, 3º andar, Centro

#### CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

Matr. 093245-2624

202303211549206 20/04/2023

Emol: 116,49 Tributo: 45,81 Reemb: 2,32

Selo: EEFT18700 QTP

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Verifique autenticidade em [rcprj.com.br](http://rcprj.com.br) ou pelo QRCode ao lado

Rodolfo P. de Moraes  
Oficial



AAA 026969826

VALIDO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS